

Editorial

A equipe editorial cumprimenta seus leitores neste novo ano de 2021.

Este primeiro número de 2021 da Revista do Serviço Público (RSP) traz nove artigos sobre os mais diversos temas relacionados à gestão pública que, esperamos, possam despertar novas indagações e apontar possíveis caminhos na construção de uma administração pública mais eficiente.

No primeiro deles, Silva Júnior e Araújo promovem uma discussão importante sobre a atuação do governo em situação de pandemia ao analisarem a implementação das políticas públicas adotadas pelo governo do Distrito Federal no combate à disseminação do novo Coronavírus. Para eles, a simples mimetização de medidas adotadas em outros lugares como Espanha, Itália ou Reino Unido pode não ser a melhor forma de se combater a pandemia na capital federal.

O segundo artigo, de Bastos e Cavalcante, trata do tema das compras públicas, comparando dois processos: pregão eletrônico e dispensa de licitação. Procura-se saber se há diferença nos valores unitários contratados. Os resultados mostram que a modalidade de compra não importa, mas atenção deve ser dada ao volume transacionado.

Outros aspectos das compras públicas são investigados por Fernandez e Ribas, no terceiro artigo. A amostra coletada pelos autores é composta de 591 pregões realizados no período 2016-2017 pela prefeitura de Pelotas-RS. A pesquisa aponta que há a possibilidade de que o valor mais elevado das compras e um prazo mais longo entre o lançamento e a homologação do edital tenha impacto de redução no preço unitário obtido.

A literatura sobre o fornecimento de bens públicos no arranjo federativo é o tema do quarto artigo. Nele, Grin e Segatto analisam os determinantes da escolha entre consórcios

municipais ou arranjos de desenvolvimento da educação. O caso específico trata do Consórcio Intermunicipal do Vale do Parapanema e do Arranjo de Desenvolvimento da Educação do Noroeste Paulista. A análise mostra que capacidades estatais não explicam a escolha entre um e outro. Entretanto, é importante considerar o desenho institucional, o processo decisório e, finalmente, o modelo de governança.

O teletrabalho, agora mais presente na vida do brasileiro, é alvo do artigo de Vilarinho, Paschoal e Demo que analisam sua implementação no Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro). A comparação de respostas aos questionários a usuários e não-usuários do teletrabalho apontam a percepção de que houve aumento de produtividade do teletrabalhador. Ao mesmo tempo, percebe-se o aumento de dificuldades relacionadas ao convívio social.

Freitas, Serrano e Ferreira, no sexto artigo, investigam a eficiência do trabalho no serviço público, especificamente no Ministério da Economia, na Controladoria-Geral da União e na Advocacia-Geral da União. A análise do dimensionamento da força de trabalho foi baseada na análise fatorial com três dimensões: entrega, força de trabalho e esforço. A necessidade de se dimensionar adequadamente as entregas surge como um importante resultado na melhor racionalização do uso da mão-de-obra para evitar custos excedentes, abrindo espaço para ajustes que permitam que se atinja o ponto ótimo da relação custo-benefício dos serviços prestados.

O sétimo artigo promove uma comparação entre as administrações públicas do Brasil e da Turquia. Segundo Akkoyunlu, comparativamente, os servidores turcos desfrutam de menos direitos e benefícios. Por sua vez, a despeito da promoção da meritocracia e do profissionalismo, a administração pública brasileira apresenta baixos níveis de eficiência e efetividade. Em perspectiva, a administração pública turca apresenta maior desigualdade de gênero do que a brasileira.

O tema do impacto político nos ciclos econômicos, caro à Escolha Pública (*Public Choice*) é explorado no artigo de Souza, Azevedo e Crozatti. Usando dados municipais para o período 2015-2019, pergunta-se sobre o uso político da reserva de contingência nos orçamentos municipais. Dentre outros resultados, encontram-se evidências de que existe uso político e oportunista desta reserva.

Por fim, Santos e Gomes apontam a dificuldade de se estudar o desempenho das organizações policiais por meio de uma revisão sistemática da literatura, abrangendo artigos publicados entre 2010 e 2020. Encontra-se que o tema tem sido muito estudado na América do Norte, na Europa e na Ásia. Contudo, não emerge dos artigos analisados um consenso teórico sobre o desempenho policial.

Antes de nos despedirmos, lembramos ao leitor que temos duas chamadas de artigos para dois números especiais da RSP. Um, trata da Escolha Pública (*Public Choice*). O outro, diz respeito à temática da Avaliação de Políticas Públicas e Análise de Impacto Regulatório.

Boa leitura!

Diana Coutinho

Editora-Chefe

Claudio D. Shikida

Editor-Adjunto